

OS ESTUDOS DE GEOGRAFIA RURAL NO BRASIL: revisão e tendências¹

RURAL GEOGRAPHY STUDIES IN BRAZIL: reviewing and trends

Rivaldo Pinto de Gusmão

Os estudos de Geografia Rural no Brasil, nas três últimas décadas, passaram por grandes transformações, em termos de seus enfoques preferenciais. Inicialmente, os estudos rurais eram essencialmente descritivos do quadro agrário ou explicativos da distribuição espacial de produtos agrícolas e de rebanhos ou ainda focalizadores do processo de expansão do espaço agrário, através de colonização nacional ou estrangeira. Em seguida, esses estudos passaram a apresentar uma preocupação de ordem conceitual – metodológica, objetivando à identificação de tipos de organização agrária e assumindo um caráter classificatório. Os estudos de população rural, nessa segunda fase, voltaram-se, sobretudo, para os aspectos da estrutura e dinâmica populacional. Essa segunda fase caracterizou-se pelos primeiros estudos de aplicação de índices e de técnicas multivariadas na análise das características da organização agrária no Brasil.

Finalmente, uma terceira fase é identificada nos estudos rurais, caracterizando-se por uma abrangência de tratamento do espaço rural, sob uma ótica de desenvolvimento rural. Três ordens de consideração estão presentes nessa perspectiva de estudo do espaço rural: uma se volta para os aspectos de modernização da agricultura e focaliza as características internas ao estabelecimento; uma outra se prende ao exame dos aspectos infra-estruturais, institucionais e de mercado, externos ao estabelecimento produtor e explicativos da modernização das atividades agrárias e uma terceira se liga à focalização da população rural, com ênfase nos seus níveis de alfabetização e de escolaridade, nos seus níveis de rendimento, nas condições de subemprego e na infra-estrutura social dos domicílios.

Nesse sentido globalizante de abordagem do espaço rural, fica excluída a dicotomia representada pela consideração, em separado, da população rural e das

atividades agrárias, uma vez que a concepção de desenvolvimento rural envolve, não só a melhoria das atividades, mas também o bem estar da população rural.

Nessa fase, grande ênfase vem sendo colocada na procura de referentes teórico-conceituais que sirvam de suporte e esse gênero de pesquisa e grande empenho vem sendo feito numa visão interdisciplinar dos problemas de pesquisa. Um outro aspecto dessa fase é o caráter pragmático que os geógrafos rurais têm procurado conferir às suas pesquisas sobre o desenvolvimento rural, dentro de um contexto de desenvolvimento regional.

Estudos rurais de diferenciação de áreas

Os estudos rurais que tinham como preocupação fundamental a análise das diferenciações de áreas rurais desenvolveram-se, principalmente, desde a década de 40 e se estenderam, preferencialmente, até o início da década de 1970.

Os primeiros estudos vinculados a uma abordagem predominantemente descritiva do espaço rural colocavam grande ênfase na pesquisa direta destinada à observação e compreensão das paisagens rurais. Esses trabalhos predominaram desde o fim da década de 40 até o fim da década de 50 e constantemente eram designados de excursões, relatórios, viagens de reconhecimento e estudos de paisagens rurais, revelando na sua própria denominação, o caráter fundamental do trabalho.

Ainda nesse mesmo período assumem grande importância os estudos de frentes pioneiras e de colonização estrangeira, que tinham como objetivo tornar conhecidas novas áreas, revelando os seus aspectos peculiares ligados à estrutura fundiária, ao regime de exploração, à utilização da terra, aos sistemas de cultivo e de criação, procurando efetuar uma avaliação da colonização estrangeira e das frentes nacionais de ocupação do território.

Na década de 50 são muito numerosos os estudos de distribuição espacial de produtos agrícolas e de rebanhos, com base exclusivamente em dados estatísticos, e tendo como representação cartográfica, isaritmias e pontos. A explicação dessa distribuição era feita com base no conhecimento acumulado nas excursões efetuadas e com recurso e bibliografia existente sobre a região de estudo.

Ainda dentro da abordagem que procurava identificar as diferenciações de áreas, aparecem os estudos de organização agrária que tinham como objetivo descrever e interpretar os aspectos do quadro agrário de uma região. Esses estudos predominaram até fins da década de 1960 e eram baseados principalmente em pesquisa de campo, onde os geógrafos procuravam compreender a estruturação do espaço agrário, através da utilização da terra, da estrutura fundiária, das relações de trabalho e dos sistemas agrícolas e de criação.

Portanto, essa primeira fase dos estudos rurais valorizava, essencialmente a pesquisa de campo e procurava, principalmente, caracterizar as diferenciações existentes no espaço agrário.

Estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatístico-matemáticos

Os estudos rurais voltados para um enfoque classificatório, utilizando modelos estatístico-matemáticos caracterizam principalmente o fim da década de 60 e início da década de 70. Nesses estudos é marcante a influência da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional, que procurou sistematizar os conceitos existentes sobre organização agrária e fornecer diretrizes gerais para o desenvolvimento das pesquisas sobre classificação em agricultura.

Os conceitos e métodos de pesquisa elaborados por essa Comissão obedeciam, preferencialmente, a três linhas de considerações: a primeira representada pelas características sociais da agricultura, que englobava os aspectos da estrutura fundiária, do regime de exploração e das relações de trabalho; a segunda constituída pelas características funcionais ou organizacionais que reunia a utilização da terra e os sistemas de cultivo e de criação e a terceira linha de consideração correspondia às características econômicas ou da produção que compreendiam os aspectos de produtividade e rendimento da agricultura, orientação da produção e grau e nível de comercialização da produção agropecuária.

No Brasil, os estudos rurais, desenvolvidos dentro da linha classificatória, utilizaram os conceitos definidos pela Comissão de Tipologia Agrícola e passaram a empregar índices e técnicas estatístico-matemática nos estudos de organização agrária.

Inicialmente procurou-se experimentar índices aplicados ao estudo da utilização da terra, objetivando a definir níveis de diversificação e de concentração de cultivos e de rebanhos e a estabelecer os tipos de combinação de cultivos e de criação. Esses estudos tentaram avaliar a aplicabilidade desses índices à realidade brasileira e aprimorar a mensuração em agricultura para se chegar a regiões agrícolas.

Numa etapa seguinte desta fase voltada para a classificação através de índices e de modelos estatístico-matemáticos, técnicas multivariadas foram empregadas nos estudos abrangentes de organização agrária, visando à definição de tipos de agricultura.

Nessa fase dos estudos rurais, feitos por geógrafos brasileiros, a preocupação fundamental foi a da aplicação de técnicas revelada no próprio título dos trabalhos que, em geral, indicava a técnica a se utilizada. Esse aspecto pode ser encarado como natural num campo de estudo antes essencialmente apoiado em descrições e explicações, sem suporte em mensuração. Um outro aspecto, dessa segunda fase dos estudos rurais no Brasil, que deve ser ressaltado, é relativamente pequena contribuição ao corpo geral de conhecimento da Geografia Rural, o que pode ser explicado pelo fato de esses estudos serem basicamente estatísticos, sem nenhuma complementação com pesquisa de campo e por não apresentarem nenhum suporte técnico.

A contribuição de alguns trabalhos desta fase residiu, entretanto, no alcance de uma das primeiras etapas do conhecimento científico traduzida pela classificação na agricultura, da qual a Geografia Rural brasileira era bastante carente. Tipologias da agricultura foram elaboradas a nível regional e macrorregional, seguindo os conceitos definidos pela Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional e empregando técnicas de análise multivariada.

Estudos de desenvolvimento rural

A terceira fase dos estudos rurais, no Brasil, caracteriza-se, principalmente, pelo interesse em estudar as transformações do espaço rural, numa ótica de desenvolvimento

rural. Essa preocupação, por parte de geógrafos rurais brasileiros, teve início, praticamente há pouco tempo, ou seja, a partir de 1975, quando se passou a encarar o espaço rural, segundo uma perspectiva abrangente. Essa nova linha de pesquisa derivou de uma consciência de que o problema agrário não poderia ser analisado apenas com uma abordagem restrita às características internas ao estabelecimento rural, mas que deveria ser tratado dentro de um contexto mais amplo, que procurasse explicar a estrutura espacial da agricultura brasileira.

Um outro aspecto associado a esse novo enfoque nos estudos rurais, que deve ser ressaltado, é aquele representado pelo esforço em tentar dirigir os estudos rurais segundo um enfoque mais pragmático, o que, até então, não havia merecido a suficiente atenção por parte dos geógrafos empenhados no estudo do espaço rural.

Os estudos de desenvolvimento rural que, já há bastante tempo, vêm sendo empreendidos por geógrafos estrangeiros, voltados para os problemas de desequilíbrios regionais, quase sempre enfatizando o sentido de dependência do mundo rural em relação às áreas urbanas. Recentemente tem se procurado o papel dinâmico que os espaços rurais podem desempenhar no desenvolvimento regional, perspectiva essa derivada, principalmente, entre dos estudos e das experiências feitas em países em desenvolvimento.

No Brasil, os estudos de desenvolvimento rural têm sido, preferencialmente, tratados por economistas que têm se limitado mais à consideração dos aspectos estruturais envolvidos nessa linha temática. Esses estudos procuraram utilizar o arcabouço teórico-conceitual existente, a nível mundial, e, ao mesmo tempo, avaliar o sentido de sua aplicação a um contexto brasileiro, dessa avaliação resultando, algumas vezes, a formulação de conceitos e teorias adaptadas a um contexto nacional. Caberia aos geógrafos, voltados para os problemas rurais, incorporar uma dimensão espacial aos estudos de agricultura, dentro de um contexto de desenvolvimento, procurando, não só considerar a distribuição espacial dos níveis de desenvolvimento, mas também, a compreensão dos processos geradores da estrutura espacial do desenvolvimento do espaço rural.

Os estudos de desenvolvimento rural deverão procurar abordar, principalmente os aspectos referentes à modernização da agricultura, os problemas que essa modernização possa acarretar em termos de liberação de mão-de-obra rurria e os problemas de

degradação do meio-ambiente vinculados às novas frentes de ocupação territorial e ao emprego de moderna tecnologia.

- **Modernização da agricultura brasileira**

No Brasil, a modernização da agricultura apresenta grandes desequilíbrios espaciais, estando as principais áreas modernizadas situadas na porção centro-sul do país e vinculadas às grandes concentrações urbano-industriais. O processo de modernização das atividades agrárias atingiu, sobretudo, dois estados: São Paulo e Rio Grande do Sul, que ainda se diferenciam em termos da complexidade de suas estruturas de modernização. O estado de São Paulo apresenta maior complexidade quanto à sua estrutura de modernização já que, além da tecnologia mecânica, são largamente empregados os elementos de tecnologia química e biológica no processo de produção, em agricultura, enquanto que o Rio Grande do Sul é muito mais caracterizado pelo emprego de mecanização, nas atividades agrárias.

Torna-se, desse modo, pertinente uma avaliação do grau de complexidade da agricultura do estado de São Paulo, como também do papel que esse Estado tem desempenhado no contexto de modernização da agricultura, principalmente em regiões circunvizinhas, onde a implantação de novas atividades ou a reestruturação de atividades tradicionais têm se processado sob os estímulos provenientes desse Estado. A consideração da complexidade da modernização da agricultura de São Paulo deve levar em conta, não só o processo de mecanização das atividades agrárias, mas também a expressão conjunta dos inputs mecânicos, químicos e biológicos, que reflete diferentes níveis de intensidade na sua agricultura. Nessa ordem de idéias, é necessário identificar as estruturas e os padrões espaciais da modernização da agricultura paulista, dentro de uma abordagem locacional e de interesse espacial.

- **Força de trabalho na agricultura e o emprego de tecnologia**

O processo de modernização da agricultura brasileira, indiscutivelmente, repercutiu no volume e na composição da força de trabalho na agricultura. Modificações nas relações de trabalho têm ocorrido sobretudo em áreas de centro-sul do país,

tornando, então, necessário avaliar o papel do emprego de uma tecnologia evoluída nos trabalhos agrários, na liberação de mão-de-obra e no surgimento de novas relações de trabalho. Sendo o estado de São Paulo aquele em que a modernização da agricultura atingiu os seus mais altos níveis, justifica-se o interesse em dimensionar o impacto que a tecnologia moderna tem ocasionado na força de trabalho agrícola.

A consideração da mão-de-obra volante na agricultura de São Paulo, e toda a problemática a ela associada, tem um caráter fundamental numa ótica de desenvolvimento do espaço rural, tendo em vista que uma melhoria nas atividades agrárias não deve ser dissociada de uma melhoria nas condições de bem estar da população rural.

- O meio-ambiente e o desenvolvimento da agricultura

As condições do meio-ambiente têm se apresentado sempre altamente vinculadas com o processo de crescimento da agricultura brasileira. Um dos aspectos principais do crescimento da agricultura tem sido representado pela incorporação de novas áreas ao processo de produção, implicando numa grande redução das formações vegetais originais, o que tem contribuído para uma grande mudança no quadro natural, sem que tenha havido uma preocupação com a utilização racional de recursos naturais.

Um outro aspecto do crescimento da agricultura, grandemente vinculado ao meio-ambiente, é representado pelo processo de modernização das atividades agrárias, através do emprego de insumos de natureza fixa e variável, que têm também contribuído para modificações no quadro natural. O uso de tecnologia mecânica é altamente vinculado a condições topográficas que, quando não favoráveis, representam um obstáculo ao emprego dessas novas técnicas. Por outro lado, o emprego de tecnologia biológica, representado pela utilização de sementes e mudas, é condicionado aos aspectos ambientais, sendo necessária a geração de espécies vegetais adaptadas ao meio-ambiente.

Já a modernização da agricultura, nos aspectos vinculados ao emprego de tecnologia química envolve componentes de degradação dos recursos ambientais, ocasionando desequilíbrios ecológicos e poluição ambiental.

Dada ainda a ausência de estudos, no Brasil, que vinculem as características do meio-ambiente ao processo de modernização da agricultura brasileira, é necessário que se busque uma melhor compreensão dessas vinculações como subsídios para o direcionamento de uma utilização racional de tecnologia na agricultura brasileira.

Considerações Finais

Os estudos rurais no Brasil se desenvolveram, principalmente, segundo essas três fases consideradas – estudos de diferenciação de áreas, estudos classificatórios e estudos de desenvolvimento rural – sendo importante ressaltar que é nítida, ainda, uma superposição, nas pesquisas rurais, dessas abordagens à consideração da temática rural. É necessário assinalar que, no Brasil, esses enfoques se acumularam e são, ainda hoje, coexistentes.

Um aspecto fundamental a destacar, nas referências dos estudos rurais, no Brasil, é a identificação, nesses estudos, dos paradigmas vigorantes na geografia. O paradigma de diferenciação de áreas guiou considerável número de estudos rurais no país, que procuram identificar os aspectos essencialmente diferenciadores do quadro rural, em diferentes áreas e em diversas, escalas de análise; enquanto que o paradigma classificatório tendo, apenas recentemente, orientado as pesquisas rurais no país, ainda hoje dirige uma das linhas preferenciais de estudos rurais constituída pela elaboração de tipologias agrárias.

Atualmente um outro paradigma conduziu os estudos rurais a uma nova abordagem. Esse paradigma orienta as pesquisas no sentido de conferir-lhes um caráter pragmático, guiando os estudos em termos da procura das vinculações entre o homem e o meio em toda a sua complexidade, e em termos da busca da compreensão da interação, da coesão e da interdependência de espaços. Essa preocupação atual tem presente a idéia de ação sobre o espaço, visando a criar estruturas funcionais para o desenvolvimento do espaço rural.

Nota

1 – Texto publicado conforme o original, extraído dos Anais do 3º Encontro Nacional de Geógrafos, AGB/UFC, Fortaleza, 1978, como documento básico para a Sessão Dirigida sobre Estudos Rurais. p. 57-62. Agradecemos a Rivaldo Pinto de Gusmão a autorização para publicar o referido texto.

Referências

Revistas e boletins consultados para o levantamento das tendências dos estudos rurais no Brasil.

1. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros – São Paulo.
2. Boletim Carioca de Geografia da Associação dos Geógrafos Brasileiros.
3. Boletim de Geografia Teorética – Associação de Geografia Teorética – Rio Claro – São Paulo.
4. Boletim Geográfico da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro.
5. Boletim Paulista de Geografia da Associação dos Geógrafos Brasileiros – São Paulo.
6. Geografia – Associação de Geografia Teorética – Rio Claro – São Paulo.
7. Revista Brasileira de Geografia – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Rio de Janeiro.